



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 429 / 2025

**CONCEDE O DIPLOMA MULHER-CIDADÃ À
SRA. INÊS ETIENNE ROMEU.**

Autoria: Vera. Livia Macedo

A VEREADORA abaixo signatária, nos termos dos arts. 5º, 10 e 23 da Resolução nº 1.310, de 5 de novembro de 2024, que institui o Código de Honrarias da Câmara Municipal de Pouso Alegre, propõe o seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Concede o Diploma “Mulher-Cidadã” à Sra. Inês Etienne Romeu.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 7 de março de 2025.



JUSTIFICATIVA

A Ditadura Militar Brasileira marca um período sombrio da história nacional. Durante os anos ditatoriais, pessoas foram sistematicamente perseguidas e violadas por serem consideradas dissidências políticas, ou seja, inimigas do Estado Militar. A perseguição calou muitas histórias; a anistia silenciou muitas vozes que pediam por justiça. E, por isso, é preciso o exercício de memória que nos permita narrar o que foi feito e manter vivas as histórias daqueles e daquelas que participaram ativamente da resistência à Ditadura, para que a sociedade brasileira possa se reaver de sua história e se posicionar diante das injustiças de maneira bem-informada. Memória, verdade e justiça são elementos indispensáveis para que possamos avançar enquanto sociedade, sabendo qual foi nosso passado e qual é o futuro que desejamos.

Parte da tarefa de recontar a história coletiva passa pelo reconhecimento dos indivíduos que estiveram diretamente implicados no processo ditatorial e na resistência a ele. Além disso, a história é constantemente contada através dos homens que dela fizeram parte, relegando ao esquecimento grandes mulheres. Tendo isso em mente, essa homenagem tem duas intenções: a de celebrar a vida de Inês Etienne Romeu, uma grande mulher brasileira; e, ao narrar sua história, jogar luz sobre o passado recente do Brasil.

Inês Etienne Romeu, filha de Maria Etienne Arreguy e Paulo Romeu, nasceu em Pouso Alegre, em 22 de agosto de 1942. Na cidade, segundo relato de familiares, residiram na Rua Dom Nery. As demandas de trabalho do pai levaram a família a viver em algumas cidades de Minas Gerais, além de Pouso Alegre, durante sua infância e juventude, Inês viveu e estudou em Cataguases, Poços de Caldas e Belo Horizonte. Em 1961, ingressou na Universidade Federal de Minas Gerais, no curso de Sociologia e Política e se aproximou do Movimento Estudantil. Pouco tempo depois, transferiu o curso para a graduação em História, na mesma universidade. Foi nesse período que começou sua militância contra a Ditadura, atuando em organizações que lutaram em defesa da democracia, entre elas a organização em que atuou a ex-presidenta Dilma Rousseff.

Era sabido que Inês era investigada pelos militares, por sua sólida atuação nas organizações políticas de resistência. Mesmo que estivesse afastada da VPR nesse momento de sua trajetória política, cumpria com suas últimas atividades políticas e sofreu uma emboscada, que resultou em sua prisão, em São Paulo, por Sérgio Paranhos Fleury, sob acusação de ter participado do sequestro do embaixador suíço. Logo em seguida foi transferida para o Rio de Janeiro e, em Petrópolis, viveu em cárcere privado por 96 dias, sendo violada física, mental e sexualmente. É fundamental ressaltar que, além das violências sofridas por ser uma dissidência política, as violências sofridas também se fundamentaram em sua condição de mulher: o estupro foi usado como arma de tortura.

Após toda a tortura que viveu, fingiu aceitar um acordo com os militares. Esse acordo, entretanto, era uma estratégia de sobrevivência empregada para que ela fosse liberta da Casa da Morte, protegendo, assim, sua vida e a de seus companheiros - os quais ela nunca delatou. Militares reconhecem que Inês foi um dos grandes fracassos de cooptação da inteligência militar, tendo resistido a todas as formas de tortura a que foi submetida. Em função desse (suposto) acordo, em 11 de agosto de 1971, foi deixada na casa de sua família, em Belo Horizonte, pesando apenas 30 quilos, resultado das violências sofridas.

Devido a debilidade física e mental, passou os três meses seguintes internada. Os amigos e familiares acompanhavam o dia-a-dia do hospital, a fim de garantir a segurança de Inês. Diariamente, ela recebia visitas de militares e sofria grandes ameaças contra sua integridade e vida. Diante dessa insegurança, seu



advogado e sua família definiram uma estratégia de sobrevivência: legalizar a prisão de Inês. Assim, foi feito um documento, que posteriormente ficou conhecido como “Relatório Inês”.

O relatório consiste em uma carta redigida por Inês, ainda no hospital, na qual relatava tudo o que havia visto e sofrido durante o período que permaneceu na Casa da Morte. A carta foi protocolada pelo advogado Sussekind junto ao Ministro Orlando Geisel - General do Exército. A partir do documento, Inês teve sua prisão decretada e foi novamente transferida para o Rio de Janeiro. Pode parecer contraditório, mas a prisão é vista como responsável por salvar Inês: ao ter sua prisão legalizada e registrada, as chances de violações ou de transferência para lugares clandestinos - como já havia ocorrido quando foi levada à Casa da Morte - eram menores. Esse importante documento, que marca a resistência e o enfrentamento de Inês ainda durante a Ditadura e mesmo depois dos horrores que sofreu, marcam seu compromisso com a sociedade brasileira. Ele é tido como um dos precursores do que, décadas depois, foi feito pela Comissão Nacional da Verdade. Esses arquivos são públicos e estão disponíveis no site da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo.

Após a condenação e declaração de prisão, Inês ficou privada de liberdade entre os anos de 1971 e 1979 em diferentes unidades prisionais no estado do Rio de Janeiro. Seus familiares e amigos, ao longo de todos esses anos, lutaram bravamente por sua segurança e integridade. Inês foi a última presa política a conquistar a liberdade após a Ditadura Militar. Com a Lei da Anistia de 1979 (Lei 6.683/79) saiu da prisão em 29 de agosto de 1979. Além de ser a última presa política liberta, Inês foi a única sobrevivente da chamada “Casa da Morte” e se dedicou a denunciar e buscar a punição aos responsáveis pelas violências perpetradas contra ela e outros naquele espaço.

Nas palavras de Lúcia Etienne Arreguy, prima de Inês: “Em um mundo repleto de desafios sociais e políticos, Inês sempre foi a personificação do idealismo de esquerda, dedicando sua vida à luta por justiça e igualdade. Desde jovem ela acreditava fervorosamente que um futuro melhor era possível e que sua ação era imprescindível. Inês se tornou um símbolo de esperança e coragem para muitos, provando que, mesmo diante da adversidade, o amor pelo país e pela humanidade pode levar a atos de extremo altruísmo!”.

Mesmo após o retorno à liberdade, Inês não deixou de lutar. Sua militância a partir de então voltou-se para que a memória da Ditadura não fosse esquecida e que as injustiças perpetradas contra ela e todos aqueles que sofreram durante os anos de perseguição e censura conseguissem justiça. Nos anos 1980 passou a dar depoimentos e a processar civilmente pessoas envolvidas nas violências cometidas contra ela. Apoiada por entidades da sociedade, como a OAB e a ABI, em 1981 localizou a Casa da Morte em Petrópolis.

Ainda nos anos 1980, pode concluir a graduação em História, dedicando-se à área de Arquivologia e Documentação. A partir de então, sua trajetória profissional se deu no serviço público estadual e municipal de São Paulo, com ênfase nas áreas de documentação, arquivo e cultura. Fez parte do Conselho Estadual de Direitos Humanos. Em 2002, participou do projeto que deu origem ao que hoje é o Memorial da Resistência da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

Em 2009 recebeu o Prêmio Direitos Humanos na categoria Direito à Memória e à Verdade, outorgado pelo governo brasileiro e entregue pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Em 2013, a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva e a Comissão Nacional da Verdade fizeram uma homenagem à Inês Etienne Romeu, durante evento sobre o tema Verdade e Gênero, ressaltando a importância de que as memórias das mulheres que foram perseguidas sejam lembradas e que se escancare que o Estado perpetrou contra elas, além da violência política, a violência de gênero.



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
ESTADO DE MINAS GERAIS



Em 2014, durante a Comissão da Verdade, Inês Etienne Romeu reconheceu, por meio de fotografias, seis de seus algozes - agentes de Estado que atuavam na Casa da Morte.

Toda a história de vida de Inês é marcada por sua luta incansável por uma sociedade mais justa. Sua força e compromisso com o Brasil não podem ser esquecidos. A memória das mulheres que militaram durante e após a ditadura, contra os horrores cometidos pelo Estado, deve ser reconhecida, resgatada e lembrada por todos nós. É certo que vivemos, agora, um tempo histórico que apresenta possibilidades - ainda que diante de adversidades - de nos reavermos com o passado, para a construção de um Brasil justo, democrático e plural.

Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça.
Memória, Verdade e Justiça.
Inês Etienne Romeu, presente!

Sala das Sessões, 7 de março de 2025.



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
ESTADO DE MINAS GERAIS



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Pouso Alegre. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://pousoalegre.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=ZUH18G14GW8P3Y2K>, ou vá até o site <https://pousoalegre.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: ZUH1-8G14-GW8P-3Y2K

